

AValiação INTERNACIONAL DA CAPES

PERFIL DA PÓS-GRADUAÇÃO AValiação INTERNACIONAL

INTRODUÇÃO

No período de 10 a 13 de junho de 1997 a CAPES foi visitada por um grupo de consultores internacionais convocados para fazer uma avaliação do sistema de avaliação de programas de pós-graduação mantido pela agência. Este grupo foi integrado pelos seguintes professores:

- Nestor Oscar Bianchi (Argentina), doutor em Medicina, pesquisador senior do Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia da Argentina (Conicyt) e diretor do Instituto Multidisciplinar de Biologia Celular da Argentina, atualmente desenvolvendo pesquisa como visitante no Beckman Institute of the City of Hope na Califórnia, EUA.
- Henri Maurice Durantou (França), doutor em Ciências Naturais (Agronomia), professor do Instituto de Botânica da Universidade Louis Pasteur, em Estrasburgo, e membro do Comitê Nacional de Avaliação da França.
- Barry D. McPherson (Canadá), doutor em sociologia, pró reitor da Universidade de Wilfrid Laurier em Ontário, ex-presidente da Associação Canadense de Pós Graduação e membro do Conselho de Pós-graduação da Província de Ontário.
- Bertrand Saint-Sernin (França), professor de Filosofia e História das Ciências e Reitor da Universidade de Paris-Sorbonne e membro do Comitê Nacional de Avaliação da França.
- Denis L. Weaire (Irlanda), doutor em Física pela Universidade de Cambridge (Inglaterra), professor do Trinity College em Dublin e presidente da Sociedade Européia de Física.
- John Weiner (Estados Unidos), doutor em físico-química, diretor do Laboratório de Ciência e Engenharia Atômica, Molecular e Ótica (LAMOSE) da Universidade de Maryland, EUA, consultor e chefe do Departamento de Atividades Multi disciplinares em Matemática e Ciências Físicas da National Science Foundation dos EUA.
- Sigmar Wittig (Alemanha), doutor em Engenharia pela Universidade de Karlsruhe, professor e reitor da Universidade de Karlsruhe, na Alemanha.

Antes da visita, os consultores receberam os seguintes documentos: Folder da CAPES; Normas e Procedimentos da CAPES Relacionados à Avaliação dos Programas de Mestrado e Doutorado; Critérios Específicos por Área de conhecimento; e Ficha de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação.

Durante a visita, foram distribuídos também os seguintes documentos: Avaliação da Pós-Graduação: Síntese dos Resultados de 1981-1993, e de 1996; Vinte Anos de Avaliação da Pós-Graduação no Brasil: a experiência da Capes; todos os Relatórios Finais dos Comitês de Avaliação de 1996, referentes a cada uma das oito áreas de conhecimento; Ficha de Avaliação de programas selecionados (N=14); uma seleção de

Relatórios de Programas em cada uma das oito áreas (N=12); e Desenvolvimento da Educação no Brasil. O material escrito foi complementado com uma apresentação sobre a CAPES (objetivos, estrutura e programas) e sobre o Processo de Avaliação da Pós-graduação.

Durante todo o trabalho de avaliação, a equipe da CAPES (Vasquez, Dillenburg, Barchini, Spagnolo e outros) respondeu perguntas, forneceu informações adicionais, interpretou/traduziu documentos, e providenciou entrevistas com pessoas da universidade local (UNB). A Comissão Internacional de Avaliação está convicta de ter recebido todas as informações necessárias para realizar uma avaliação completa. Agra-

dece à equipe da CAPES por ter respondido às nossas indagações de forma aberta, direta e prontamente, bem como por ter atendido nossas solicitações de informações adicionais.

A agenda da semana foi a seguinte:

10 de junho

- Boas-vindas pelo Ministro da Educação
- Apresentação da Capes
- História, processos e resultados do Sistema de Avaliação da Capes

11 de junho

- Leitura dos documentos da Capes
- Solicitação de informações/dados adicionais

12 de junho

- Encontro com sete representantes da Universidade de Brasília (um da Pró-reitoria de pós-graduação e os demais coordenadores de programas de pós-graduação com classificação A, C e E)
- Reunião-almoço com o Ministro da Reforma Administrativa
- Discussão em grupo para identificar pontos fortes e fracos, bem como as recomendações a serem feitas no relatório final

13 de junho

- Apresentação de críticas e recomendações referentes ao sistema Capes de avaliação da pós-graduação.

COMENTÁRIOS GERAIS

A finalidade histórica da avaliação, no Brasil, foi inicialmente a de selecionar cursos de pós-graduação para receberem apoio financeiro do governo federal, principalmente através de bolsas de estudo. Hoje, ela continua a ter esse papel ratificador e classificador, mas também serve como uma fonte de aconselhamento crítico para as instituições.

Baseados em nossa avaliação individual e coletiva do processo da Capes, concordamos em que o sistema funciona bem e que tem levado ao aumento da qualidade e da quantidade dos programas de pós-graduação no Brasil, bem como ao aumento do corpo docente com doutorado. Tal sistema baseia-se no exame feito pelos pares, utilizando medidas de produção de qualidade em pesquisa e ensino, e constitui-se num esforço para levar os programas a atingirem padrões internacionais. Nosso conselho é de que o processo continue em sua forma atual mas que sejam

levadas em consideração, como mecanismos de aperfeiçoamento, as recomendações contidas neste relatório.

De uma forma geral, as preocupações deste comitê dizem respeito a:

- a quantidade e precisão dos dados coletados anualmente;
- o padrão de distribuição de conceitos, no qual se observa, ao longo do tempo, um percentual maior de programas colocados nas categorias A e B. No período de 1980 a 94, os programas de mestrado na categoria A passaram de 29,3 para 41,4%; no mesmo período, nos programas de doutorado, a categoria A cresceu de 36,5 para 52,8%;
- a falta de visitas in loco, seja de forma regular ou por exigência específica;
- a ênfase exagerada em avaliações quantitativas versus análises qualitativas;
- a composição dos comitês de avaliação;
- a qualidade dos dados de infra estrutura de apoio ao processo de pesquisa;
- o uso dos mesmos critérios de avaliação para programas de mestrado e doutorado;
- o uso dos mesmos critérios de avaliação para programas de mestrado com características "profissionais" versus programas de mestrado com características "acadêmicas".
- a falta aparente de uma ligação entre os currículos de graduação e de mestrado;
- a falta aparente de qualquer exigência de que os programas adotem ações que atendam às recomendações do Comitê de Avaliação;
- a variação de conteúdo e de nível de auto crítica nos Relatórios de Área dos Comitês de Avaliação, tanto sobre a situação da área como sobre os programas individuais.
- se os programas de mestrado constituem programas de graduação de nível mais alto ou se são, verdadeiramente, programas de pós-graduação.

Em função de tais preocupações, apresentamos, a seguir, diversas recomendações, junto com as respectivas justificativas. Além disso, os membros deste comitê internacional de avaliação poderão apresentar sugestões mais específicas ao Dr. Vasquez na Capes. Finalmente, o apêndice inclui uma lista de indicadores adicionais que poderão ser adotados pela Capes em suas avaliações futuras.

RECOMENDAÇÕES DO GRUPO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO

A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

R1. A existência de fontes de financiamento paralelas e bem independentes é um aspecto valioso no sistema brasileiro. No entanto, parece-nos que, atualmente, os fundos de pesquisa e bolsas de estudos da CAPES, CNPq e outras agências nem sempre estão bem afinados.

•A CAPES e outras agências de financiamento devem atuar de forma coordenada com outras fontes de financiamento para assegurar um apoio coerente à pesquisa e aos programas acadêmicos.

R2. Em toda a parte, os comitês de avaliação têm sua dinâmica própria. Geralmente liderados por personalidades fortes, sua interação é determinada pela "cultura" da área ou disciplina. Além disso, existem interdependências decorrentes de contatos continuados entre pares/colegas. Por um lado, isso constitui a base de um julgamento adequado e educativo. Por outro lado, relações próximas podem conduzir a uma perda da objetividade. Para contrabalançar tais efeitos, nossa sugestão é que o comitê de avaliação inclua um representante de outra disciplina.

À medida que a avaliação da CAPES se aproxima de uma fase onde uma ênfase maior é dada à excelência, é também recomendável, sempre que possível, a inclusão de um acadêmico de outro país e com reconhecimento internacional na área. Essa pessoa seria de auxílio principalmente para validar a classificação de um programa como tendo atingido padrões internacionais. Esse tipo de assessoramento externo é uma prática corrente em outros países.

•Os comitês de avaliação devem incluir um representante de outra disciplina e, sempre que possível, um representante de outro país que seja da disciplina.

R3. Os programas de pós-graduação cujo foco é a pesquisa exigem um desenvolvimento estável e contínuo, bem como o envolvimento de alunos. Por es-

ses motivos, acreditamos que uma avaliação feita num estágio muito inicial pode levar a conclusões equivocadas. Isso é facilmente demonstrável se considerarmos áreas de pesquisa experimental, nas quais se leva muito tempo para completar as instalações e realizar as experiências, coletar e sintetizar dados e, finalmente, conseguir publicar o trabalho em periódicos reconhecidos internacionalmente. Uma avaliação tem que focalizar aspectos de sucesso e impacto de longo alcance e, como tal, depende e se constrói a partir de uma sequência de indicadores de desempenho: apresentações em conferência e reconhecimento pelos pares, publicações em periódicos, auxílios recebidos para a pesquisa, e os alunos. À medida em que a pós-graduação brasileira atinge uma maturidade em termos internacionais, a avaliação da CAPES deve mudar do ciclo curto atualmente adotado para um ciclo mais longo. Nossa recomendação é de que a avaliação seja realizada a cada 3 a 5 anos.

•Os programas de pós-graduação devem ser avaliados num ciclo de 3 a 5 anos.

R4. Este comitê acredita que o atual sistema de classificação por conceitos expressos em letras é um índice útil para avaliar a qualidade geral e a força de um programa. Diferentes comitês de avaliação usam diversos critérios e diferentes algoritmos de classificação para chegar a um conceito final (letra). A CAPES, juntamente com os coordenadores de área, deveria desenvolver padrões que possam ser aplicados em todas as disciplinas (por exemplo, para receber o conceito A é necessário que um determinado percentual do corpo docente tenha o título de doutor). A Capes deveria formular definições claras para cada uma das letras (conceitos) e os coordenadores de área deveriam criar critérios bem definidos pelos quais os programas possam ser avaliados e colocados em uma das cinco categorias existentes (letras). Por exemplo, o conjunto de critérios para uma avaliação adequada das ciências quantitativas como a física e a química pode ser inadequado quando se trata de artes e humanas. Da mesma forma, pode ser inadequado utilizar os mesmos critérios em se tratando de programas onde só existe o mestrado e em programas onde há mestrado e doutorado.

•As categorias de classificação usadas no processo de avaliação dos programas precisam ser definidas e esclarecidas pela CAPES em conjunto com cada comitê de área.

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

R5. Embora uma grande parte dos dados quantitativos e estatísticos exigidos dos programas das universidades pela CAPES possa fornecer uma excelente base de dados para medir a eficácia, este comitê internacional considera que os atuais mecanismos de coleta de dados são demasiado incômodos e constituem uma carga excessiva para a administração do programa. Além disso, muitos dos relatórios de área comentam a existência de uma grande quantidade de dados errados ou incompletos. Por isso, nós recomendamos enfaticamente que a CAPES envide esforços no âmbito de toda a instituição com vistas a simplificar e tornar mais eficientes os instrumentos de coleta de dados, inclusive o software utilizado nessa tarefa.

- A CAPES precisa simplificar a tarefa de coleta de dados.

R6. Visitas in loco são essenciais e constituem um componente valioso em qualquer sistema de avaliação de programa de pós-graduação, além de serem necessárias quando se trata de um programa novo. Tais visitas fornecem a evidência de que os recursos humanos e físicos necessários para se oferecer um programa de pós-graduação de alta qualidade estão, ou não, efetivamente presentes na unidade acadêmica. Essas visitas complementam e verificam os dados mais objetivos e subjetivos apresentados no relatório de auto avaliação.

- Visitas in loco devem ser obrigatórias para qualquer programa novo a ser avaliado pela CAPES.

- Visitas in loco devem ser obrigatórias para qualquer programa cujo conceito vai baixar para C ou menos. Neste caso, a visita dos representantes do Comitê de Avaliação tem que ser feita antes da oficialização do novo conceito.

- Todo programa deve receber uma visita dos representantes do Comitê de Avaliação a cada período de 4 até 7 anos.

R7. Os dados factuais e estatísticos precisam ser complementados com informações mais qualitativas. Uma auto avaliação, a ser feita pelo próprio programa e encaminhada à Capes junto com os demais dados requisitados, serviria para indicar os planos, metas e objetivos em nível de mestrado e doutorado, bem

como a ligação existente entre os programas de pós-graduação, de graduação e as linhas de pesquisa do corpo docente. Serviria, ainda, para identificar as principais realizações e progressos obtidos desde a última avaliação, bem como as ações adotadas para superar as fraquezas apontadas. Essa auto avaliação teria um formato relativamente livre. Um exame crítico, pelo comitê de avaliação, desse relatório de auto avaliação deveria ter peso relevante na atribuição do conceito adequado ao programa. A continuar o sistema anual de coleta de dados, uma auto avaliação deve ser apresentada por ocasião da primeira avaliação e, depois, a cada duas avaliações subsequentes.

- Uma auto avaliação pelo programa deveria fazer parte do processo de avaliação.

R8. Em várias disciplinas, o estudo em nível de pós-graduação pode sofrer limitações ou ser prejudicado pela inadequação da infra-estrutura (por exemplo, acesso a biblioteca ou recursos de computação), dos fundos disponíveis para compra de equipamentos e material de consumo, ou ainda do apoio técnico (técnicos e instalações de oficina mecânica e eletrônica, por exemplo). A concessão de bolsas de estudo onde tais fatores sejam desfavoráveis pode resultar em desperdício e frustração. Os comitês de avaliação devem, portanto, prestar muita atenção ao contexto de apoio dos programas de certas áreas.

- Considerações referentes à infra-estrutura, aos fundos para pesquisa e ao suporte técnico devem servir de indicadores importantes para avaliar a viabilidade de um programa novo e o potencial de um programa já estabelecido.

R9. O acompanhamento e a análise de pós-graduandos que iniciam seus estudos no mesmo semestre (cohort analysis) permitem que sejam compilados e interpretados dados extremamente úteis para a avaliação. É particularmente relevante para a análise do tempo de titulação e das taxas de desistência e de titulação de cada turma num determinado programa. Esse método de análise está sendo usado no mundo inteiro.

- Os programas devem indicar o tempo médio de titulação e as taxas de desistência e de titulação para cada nova turma admitida no programa.

R10. Devido a dificuldades técnicas ou a causas que não podem ser facilmente explicadas nos formulários, alguns programas podem ocasionalmente ter uma avaliação incorreta. Trata-se de uma situação indesejada, principalmente em casos onde a nota atribuída coloca em perigo a continuidade do programa. Por isso mesmo, no caso de programas que vão receber conceito C ou menor, a opinião do comitê de avaliação deveria ser previamente transmitida ao pró-reitor de pós-graduação, que teria um prazo de 2 a 3 semanas para responder. Tal resposta deveria ser elaborada pelo diretor do programa e encaminhada pelo pró-reitor à Capes, onde ficaria à disposição juntamente com o relatório final de avaliação do comitê.

- No caso de programas que terão diminuído o seu conceito e ficarão com C ou menos, um conceito preliminar deve ser comunicado ao pró-reitor de pós-graduação.

R11. Ter conhecimento do primeiro emprego dos ex-bolsistas da CAPES após a obtenção do doutorado é essencial para definir políticas institucionais. Tal informação é necessária para se fazer um julgamento

da relação do programa com o emprego e com as oportunidades do mercado, bem como para identificar casos de escassez ou excesso de oferta de doutores. Uma análise também deve levar em conta o prognóstico das tendências industriais.

- Devem ser implementados procedimentos que permitam acompanhar as carreiras dos doutores formados em programas com financiamento da CAPES.

R12. Atualmente parece não existir nenhum mecanismo para acompanhar o progresso dos programas na implementação das recomendações feitas pelos comitês de avaliação. Seria apropriado, portanto, que os programas apresentassem um pequeno relatório anual descrevendo as ações adotadas para enfrentar os problemas identificados pelos comitês de avaliação. Tais relatórios anuais devem fazer parte do histórico do programa e ficar disponíveis ao comitê encarregado no próximo ciclo de avaliação.

- Os programas devem apresentar à CAPES, anualmente, um curto relatório de follow-up para indicar que ações foram adotadas em resposta às recomendações contidas no relatório da avaliação.

APÊNDICE

Indicadores de qualidade

É necessário se dispor de um amplo espectro de indicadores (qualitativos e quantitativos) para identificar e avaliar a excelência num programa de pós-graduação. Pediram-nos para sugerir indicadores adicionais que poderiam ser utilizados em futuras avaliações da qualidade dos programas de pós-graduação. Submetemos à consideração da CAPES e dos seus Comitês de Avaliação, juntamente com as recomendações feitas neste relatório, os seguintes indicadores:

- Taxa de titulação para cada turma de alunos de pós-graduação
- Taxa de desistência para cada turma de alunos de pós-graduação
- Tempo de conclusão do curso em cada turma de alunos de pós-graduação
- Objetivos do programa
- Ações adotadas com relação a quaisquer preocupações expressas na avaliação anterior

- Nomes dos docentes que deverão se aposentar nos próximos 5 anos
- Carga horária de ensino na graduação e na pós-graduação dos docentes em tempo integral
- Número de alunos orientados por docente em tempo integral, bem como a taxa de conclusão e o tempo médio de titulação dos alunos orientados
- Emprego inicial dos alunos que concluíram o doutorado
- Percentual de alunos com bolsas de estudo externas (CAPES, CNPq, Governo estadual)
- Número exigido de disciplinas de pós-graduação para completar o programa
- Interação entre o corpo docente e a indústria contratos, patentes, transferência de tecnologia, consultorias
- Envolvimento na comunidade por parte dos professores e dos alunos (por exemplo, atividades de extensão tais como feiras de ciência e assessoria a escolas)
- Trabalhos relacionados à área de concentração do programa, publicados em revistas indexadas, por ano e por professor permanente.
- A relação alunos/professor permanente/por ano durante o último ciclo
- A relação técnicos/corpo docente permanente (quando relevante para a área)
- Auxílios para financiar os projetos de pesquisa do programa, sejam eles concedidos pelo CNPq, órgãos públicos ou o setor privado
- Distinções e prêmios recebidos pelo corpo docente
- Participação dos professores como conferencistas convidados no Brasil e no exterior
- Composição dos alunos de pós-graduação por turma (instituição de origem)

O documento foi assinado pelos professores Barry McPherson, Sigmar Wittig, John Weiner, Denis Weaire, Nestor Bianchi, Henri Durantou e Bertrand Saint-Sernin.